

	INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR	UNIDADE	CURSO
	Universidade Federal de Alagoas	Faculdade de Direito de Alagoas	Direito
DISCIPLINA	Microssistemas Processuais		
CÓDIGO	DIRT 074		
PERÍODO	Eletiva		
CARGA HORÁRIA	40 h/a		
PLANO DE ENSINO			
I – EMENTA			
Juizados especiais como microssistema processual. O processo e o procedimento nos juizados especiais. Direito processual coletivo. Ações coletivas. Processo coletivo.			
II – OBJETIVOS			
Geral	Estudar sistematicamente os microssistemas processuais do Direito brasileiro, nomeadamente dos juizados especiais e do processo coletivo.		
Específicos	Levar o discente a: • Compreender os juizados especiais como microssistema processual, reconhecendo sua autonomia principiológica, bem assim e existência de normas procedimentais e processuais próprias. • Examinar os principais institutos do processo coletivo e firmar a existência de um microssistema processual coletivo. • Estudar as principais ações coletivas. • Criar condições para a aplicação do conhecimento sobre o direito processual civil na atividade forense.		
III – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO			
MÓDULO 1 (PRIMEIRO BIMESTRE).			
1. ASPECTOS INTRODUTÓRIOS DOS JUIZADOS ESPECIAIS.			
1.1. Noções acerca da problemática do acesso à Justiça.			
1.2. Os Juizados Especiais Cíveis e sua evolução histórica no Brasil.			
1.3. Princípios norteadores dos Juizados Especiais.			
1.4. Aplicação subsidiária da legislação codificada.			
1.5. Aplicação das “reformas processuais” aos Juizados Especiais			

2. COMPETÊNCIA NOS JUIZADOS ESTADUAIS.

- 2.1. Competência cognitiva.
 - 2.1.1. Complexidade da demanda.
 - 2.1.2. Hipóteses do art. 3º da Lei nº 9.099/95.
 - 2.1.3. Demandas expressamente excluídas dos Juizados Especiais.
 - 2.1.4. Da opção pelo procedimento.
- 2.2. Competência executiva.
- 2.3. Competência territorial.

3. SUJEITOS PROCESSUAIS.

- 3.1. Conciliadores, juízes leigos e togados.
- 3.2. Partes e procuradores.
 - 3.2.1. Incapacidade absoluta de ser parte nos Juizados Especiais.
 - 3.2.2. Incapacidade relativa de ser parte nos Juizados Especiais.
 - 3.2.3. Comparecimento pessoal e preposição.
 - 3.2.4. Dos advogados e da assistência obrigatória.
 - 3.2.5. Litisconsórcio.
- 3.3. Intervenção de terceiros.
- 3.4. Ministério Público.

4. ATOS PROCESSUAIS.

- 4.1. Considerações introdutórias (tempo e forma).
- 4.2. Citações.
- 4.3. Intimações.
- 4.4. Contagem dos prazos processuais
- 4.5. Sistema de nulidades.

5. PROCEDIMENTO DE PRIMEIRO GRAU.

- 5.1. Propositura da ação, conexão e pedidos.
- 5.2. Tutela cautelar e antecipatória nos Juizados Especiais Cíveis.
- 5.3. Da tentativa inicial de conciliação.
- 5.4. A revelia e seus efeitos nos Juizados Especiais Cíveis.
- 5.5. Audiência de instrução e julgamento.
 - 5.5.1. Resposta do réu.
 - 5.5.2. Pedidos dúplices contrapostos e reconvenção.
 - 5.5.3. Instrução probatória e meios de prova em espécie.
 - 5.5.4. Sentença nos Juizados Especiais.
 - 5.5.4.1. Extinção do processo sem exame de mérito.
 - 5.5.4.2. Responsabilidade por despesas processuais e honorários advocatícios.

6. SISTEMA DE IMPUGNAÇÃO DE DECISÕES JUDICIAIS.

- 6.1. Considerações gerais.
- 6.2. Recursos em espécie.
 - 6.2.1. Recurso Inominado.
 - 6.2.2. Embargos de declaração.
 - 6.2.3. Demais modalidades recursais.
 - 6.2.3.1. Agravos (instrumento, retido e interno).
 - 6.2.3.2. Embargos infringentes.
 - 6.2.3.3. Recurso ordinário.
 - 6.2.3.4. Recursos especiais e extraordinários.
 - 6.2.3.5. Embargos de divergência.
- 6.3. Ações autônomas de impugnação.
 - 6.3.1. Ação rescisória.
 - 6.3.2. Ação anulatória.
 - 6.3.3. *Querela nullitatis*.
 - 6.3.4. Mandado de segurança

7. PROCEDIMENTOS EXECUTIVOS.

- 7.1. Execução de títulos judiciais.
- 7.2. Execução de títulos extrajudiciais.

8. JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS.

- 8.1. Aspectos introdutórios e históricos.
- 8.2. Competência.
- 8.3. Das partes e dos seus representantes
- 8.4. Da assistência de advogado.
- 8.5. Juízes e conciliadores
- 8.6. Aspectos procedimentais específicos.
 - 8.6.1. Medidas antecipatórias e cautelares.
 - 8.6.2. Das citações, das intimações e dos prazos.
 - 8.6.3. Da instrução probatória.
 - 8.6.4. Das especificidades recursais e do pedido de uniformização jurisprudencial.
 - 8.6.5. Do cumprimento de sentença.

MÓDULO 2 (SEGUNDO BIMESTRE).

9. PROCESSO COLETIVO.

- 9.1. Noções Iniciais.
- 9.2. O microssistema processual coletivo.
- 9.3. Legislação e procedimentos relacionados à tutela coletiva.
- 9.4. Projetos de codificação da legislação coletiva.

10. OS DIREITOS COLETIVOS.

- 10.1. Introdução.
- 10.2. Direitos difusos.
- 10.3. Direitos coletivos *stricto sensu*.
- 10.4. Direitos individuais homogêneos.
- 10.5. Situações jurídicas coletivas passivas.

11. PRINCÍPIOS PECULIARES.

- 11.1. Princípio do devido processo legal coletivo.
- 11.2. Princípio da indisponibilidade da demanda coletiva.
- 11.3. Princípio do microssistema.
- 11.4. Reparação integral do dano.
- 11.5. Princípio da não-taxatividade ou da atipicidade da ação e do processo coletivo.
- 11.6. Princípio do ativismo judicial.

12. PRINCÍPIOS PECULIARES.

- 12.1. Princípio do devido processo legal coletivo.
- 12.2. Princípio da indisponibilidade da demanda coletiva.
- 12.3. Princípio do microssistema.
- 12.4. Reparação integral do dano.
- 12.5. Princípio da não-taxatividade ou da atipicidade da ação e do processo coletivo.
- 12.6. Princípio do ativismo judicial.

13. COMPETÊNCIA, CONEXÃO E LITISPENDÊNCIA.

- 13.1. Princípio da competência adequada.
- 13.2. Competência territorial.
- 13.3. A restrição territorial da eficácia das decisões em ação coletiva.
- 13.4. Competência para a ação de improbidade administrativa.
- 13.5. Outras regras de competência no processo coletivo.
- 13.6. Conexão.
- 13.7. Litispendência.
- 13.8. Relação entre a ação coletiva e a ação individual.

14. LEGITIMAÇÃO.

- 14.1. Natureza jurídica da legitimação coletiva.
- 14.2. Legitimação ativa. Características.
- 14.3. Controle jurisdicional da legitimação ativa.
- 14.4. Falta de legitimação coletiva.
- 14.5. Legitimação ativa das Defensorias Públicas.
- 14.6. Legitimação ativa do Ministério Público.

15. INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO.

- 15.1. Noções gerais.
- 15.2. Princípios do inquérito civil.
- 15.3. Procedimento do inquérito civil.
- 15.4. Audiências públicas.

16. INTERVENÇÃO DE TERCEIROS.

- 16.1. Assistência no processo coletivo.
- 16.2. Intervenção de *amicus curiae*.
- 16.3. Intervenção do co-legitimado em ação coletiva.
- 16.4. Intervenção de terceiros na ação popular e na ação de improbidade administrativa.
- 16.5. Denúnciação da lide.
- 16.6. Intervenção em processo individual.

17. ASPECTOS GERAIS DA TUTELA COLETIVA.

- 17.1. Prescrição e decadência dos direitos coletivos *lato sensu*.
- 17.2. O pedido na ação coletiva.
- 17.3. Abandono e desistência em ações coletivas.
- 17.4. Reconvenção.
- 17.5. Distribuição do ônus da prova.
- 17.6. Conciliação nas causas coletivas: compromisso de ajustamento de conduta.
- 17.7. Tutela de urgência nos processos coletivos.
- 17.8. Litigância de má-fé e despesas processuais.
- 17.9. Atuação do Ministério Público nas ações coletivas.
- 17.10. Questões recursais e reexame necessário.

18. COISA JULGADA.

- 18.1. Noções gerais.
- 18.2. Regime jurídico da coisa julgada coletiva.
- 18.3. Repercussão da coisa julgada coletiva no plano individual.
- 18.4. Coisa julgada na ação de improbidade administrativa.
- 18.5. Ação rescisória de sentença coletiva.

19. LIQUIDAÇÃO E EXECUÇÃO.

- 19.1. A liquidação coletiva.
- 19.2. Execução de sentença no processo coletivo.
- 19.3. Competência para a liquidação e execução coletivas.

IV – METODOLOGIA DE ENSINO

Aulas expositivas, elaboradas com base na moderna doutrina processualista, trazendo à apreciação dos discentes a análise da jurisprudência pátria, especialmente, no que tange aos assuntos de maior complexidade, com a constante preocupação de revelar aos mesmos a forma de se aplicar à matéria sob estudo aos casos concretos.

Leituras orientadas.

Realização de seminários e debates com professores convidados.

Elaboração de peças processuais.

V – METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO

A avaliação do rendimento escolar será feita através de uma Avaliação Bimestral (AB), em número de 2 (duas) para o semestre letivo, e uma Prova Final (PF), quando for o caso.

Cada AB constará de uma prova dissertativa e de um trabalho.

As provas dissertativas terão por objeto os conteúdos que compõem, respectivamente, as unidades 1 a 8 (prova 1) e 9 a 19 (prova 2) do programa da disciplina.

O trabalho versará sobre ponto específico do programa, visando fixar os conteúdos e permitir sua discussão em sala de aula, sendo considerado na composição das notas parciais do período.

A PF constará de uma prova dissertativa que terá por objeto toda a matéria ministrada no período letivo.

VI – BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. Constituição da República Federativa do Brasil atualizada.
2. Código de Processo Civil atualizado.
3. CHIMENTI, Ricardo Cunha. *Teoria e prática dos juizados especiais cíveis*. 9 ed. São Paulo: Saraiva, 2007.
4. DIDIER Jr., Fredie; ZANETTI Jr., Hermes. *Curso de Direito Processual Civil: Processo Coletivo*. 4 ed. Salvador: Jus Podivm, 2009, v. 4.

VIII – BIBLIOGRAFIA ESPECÍFICA E COMPLEMENTAR

5. ALMEIDA, João Batista de. *Aspectos controvertidos da ação civil pública*. São Paulo: RT, 2001.
6. ASSIS. Arakem de. *Execução Civil nos Juizados Especiais*. São Paulo: RT, 4 ed., 2006.
7. BUENO, Cassio Scarpinella. *O poder público em juízo*. São Paulo: Saraiva, 2003.
8. BUENO, Cassio Scarpinella; PORTO FILHO, Pedro Paulo de Rezende (coord.) *Improbidade administrativa – questões polêmicas e atuais*. 2. ed. São Paulo: Malheiros, 2003.
9. DANTAS, Frederico. *A eficiência da Lei de Improbidade Administrativa e o foro por prerrogativa de função*. Recife: Nossa Livraria, 2004.
10. DIDIER JR., Fredie (org.). *Leituras complementares de processo civil*. 6 ed. Salvador: Jus Podivm, 2008.
11. DINAMARCO, Pedro da Silva. *Ação Civil Pública*. São Paulo: Saraiva, 2001.
12. _____. *Manual dos juizados especiais cíveis*. 2.ed. São Paulo: Malheiros, 2001.

13. FIGUEIRA JÚNIOR, Joel Dias; LOPES, Maurício Antonio Ribeiro. *Comentários à lei dos juizados especiais cíveis e criminais; Lei 9.099, de 26.09.1995*. 3.ed., rev., atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2000.
14. GIDI, Antonio. *Rumo a um Código de Processo Civil Coletivo. A codificação das ações coletivas no Brasil*. Rio de Janeiro: Forense, 2008.
15. LENZA, Pedro. *Teoria geral da ação civil pública*. São Paulo: RT, 2003.
16. MANCUSO, Rodolfo de Camargo. *Ação civil pública*. 8. ed. São Paulo: RT, 2002.
17. MAZZILLI, Hugo Nigro. *A Defesa dos interesses difusos em juízo*. 15 ed. São Paulo: Saraiva, 2002.
18. NERY JR., Nelson e NERY, Rosa Maria Andrade. *Código de Processo Civil Comentado e legislação processual civil extravagante*. 10. ed. São Paulo: RT, 2007.
19. NUNES JÚNIOR, Vidal Serrano (coord.). *Manual de direitos difusos*. São Paulo: Verbatim, 2009.
20. REINALDO FILHO, Demócrito Ramos. *Juizados especiais cíveis; comentários à Lei 9.099, de 26-9-1995*. 2.ed. São Paulo: Saraiva, 1999.
21. SODRÉ, Eduardo. *Juizados Especiais Cíveis – Processo de Conhecimento*. Rio de Janeiro: Lúmen Juris, 2005.
22. VIGLIAR, José Marcelo Menezes. *Tutela jurisdicional coletiva*. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2001.
23. WATANABE, Kazuo. *Código de Defesa do Consumidor comentado pelos autores do anteprojeto*. 5. ed. São Paulo: Forense Universitária, 1998.
24. ZANETI Jr., Hermes. *Mandado de segurança coletivo – aspectos processuais controversos*. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 2001.